

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9186 | Salvador, terça-feira, 14.10.2025

Presidente em exercício Elder Perez



ITAÚ



A fome apavora os lares pretos e pardos

Página 4

Hoje tem mais um Dia de Luta

Em todo o Brasil, os empregados do Itaú, com o apoio dos sindicatos de bancários, realizam

mais um Dia Nacional de Luta contra o fechamento de agências, demissões, metas abusivas, assédio e cobram providência para os mais de mil demitidos em setembro.

Página 3



Pressão garante avanços no Saúde Caixa

Página 2



Empregados da Caixa vestiram a camisa e mostaram ao banco que não aceitam retrocessos na proposta para o plano de saúde. Banco sentiu, recuou e melhorou. No entanto, falta derrubar o teto



Avanço na proposta

A força da mobilização faz banco recuar. O Comando vai avaliar nos próximos dias

ITANA OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

O COMANDO Nacional dos Bancários deve se reunir nos próximos dias para avaliar a proposta referente ao Saúde Caixa, apresentada na sexta-feira passada pela direção da empresa. O documento mantém as atuais regras de contribuição, sem reajuste nas mensalidades dos titulares e congelamento de R\$ 480,00 por dependente.

Está previsto ainda a inclusão de filhos até 27 anos no plano, com mensalidade de R\$ 800,00 e validade até a próxima data-base (31 de agosto de 2026). As manifestações fei-

tas em todo o país, inclusive com paralisações nas agências e atraso na abertura das unidades em 1 hora, foram decisivas para o avanço.

Agora, a expectativa é pelo fim do teto de 6,5% nos gastos com saúde e a extensão do direito aos empregados admitidos após 2018 depois da aposentadoria.

Outros pontos

Pela proposta, outros pontos entram em vigor este ano. Contribuições patronais e pessoais de ações judiciais trabalhistas, incidentes sobre valores pagos a empregados e ex-empregados serão destinadas ao Saúde Caixa. Não será permitido retornar ao plano após cancelamento, com exceção para quem já saiu, que terá prazo para reingresso a ser estabelecido a partir da vigência do acordo.

Os novos contratados terão carência de três meses a partir da assinatura.

Reajuste dos financeiros

O REAJUSTE salarial de 1,05% dos financeiros entrou em vigor desde 1º de outubro, conforme estabelecido pela CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) 2024-2026. O índice corresponde ao INPC/IBGE acumulado de junho a setembro de 2025 - de 0,75%, somado a 0,3% de aumento real.

A CCT de dois anos foi uma conquista estratégica, pois assegurou dois aumentos reais consecutivos, fruto direto da força da negociação coletiva. A data-base da categoria passa a ser em outubro, substituindo junho, mudança acordada entre o movimento sindical e a Fenacrefi para alinhar o calendário das campanhas salariais e garantir mais estabilidade nos reajustes.

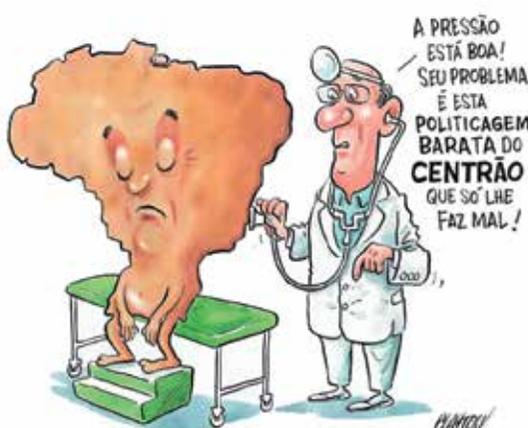
Em junho, os trabalhadores já tinham recebido reajuste de 5,52%, referente ao INPC de 5,20% mais 0,3% de aumento real. A CCT também reajustou direitos como pisos salariais, gratificações, auxílios e a PLR (Participação nos Lucros e Resultados).



Fintechs derrubam a justiça tributária

A DERRUBADA da Medida Provisória 1303/25, conhecida como MP do IOF, mostra o poder econômico e político das *fintechs* no Brasil. Sob o comando de figuras como Roberto Campos Neto, ex-presidente do BC e atual vice do Nubank, e Rafael Furlanett, diretor da XP, o *lobby* digital entrou em ação para enterrar a proposta que buscava corrigir distorções tributárias e aumentar a arrecadação sobre bilionários, *bets* e instituições financeiras.

A medida representava um avanço na justiça fiscal, com previsão de impacto positivo de R\$ 31,5 bilhões nas contas públicas, mas foi derrubada por 251 votos contra 193, no último dia de validade, vitória do

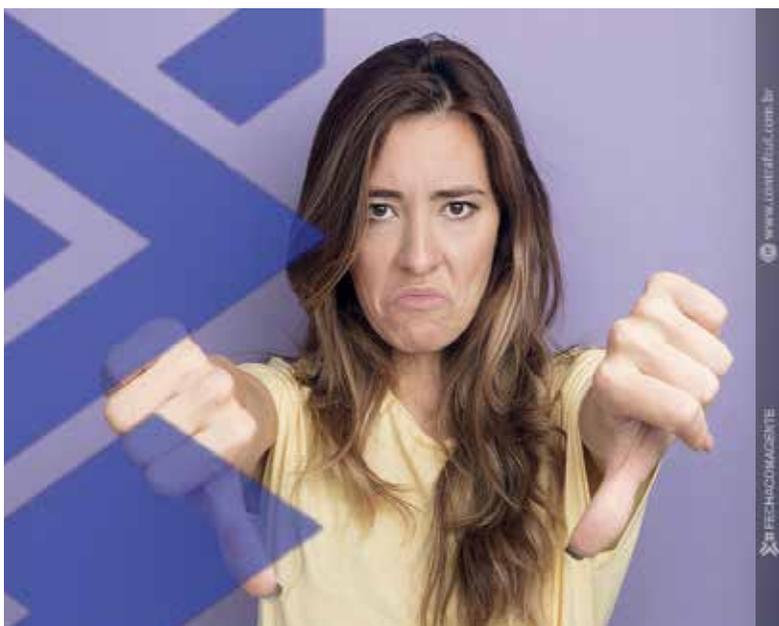


capital financeiro sobre o interesse público.

Empresas como o Nubank, que já supera Itaú e Banco do Brasil em valor de

mercado, seguem pagando menos impostos do que bancos públicos que sustentam políticas sociais. A derrota da MP expõe a captura do Legislativo por setores que operam à sombra da inovação, travestidos de modernidade, mas movidos pela velha lógica da concentração de renda. O discurso de tecnologia e liberdade financeira serve apenas de cortina para esconder o avanço de corporações que acumulam fortunas enquanto aprofundam desigualdades.

Ao bloquear uma medida que taxava os mais ricos e regulava apostas digitais, o Congresso optou por servir ao mercado, não ao povo.



Economia à custa dos funcionários no BB

A DIRETORIA de varejo do Banco do Brasil proibiu os gerentes de solicitarem substituições temporárias nos meses de novembro e dezembro. Isso impede a cobertura de funcionários em férias, licenças médicas ou abonos. A justificativa é o controle e racionalização de despesas administrativas.

A direção da empresa orientou ainda que os empregados evitem tirar férias no período. A decisão causou insatisfação, especialmente porque a possibilidade de substituições havia sido retomada em 2023, após forte reivindicação dos trabalhadores. Funcionários da linha de frente, responsáveis pelo atendimento ao público e pelos resultados, sentem-se novamente prejudicados.

Segundo levantamento do movimento sindical, houve aumento de metas em várias áreas, inclusive em unidades que não atingiram os objetivos anteriores, o ampliando a pressão, o adoecimento e a desmotivação.

O movimento sindical critica o fim temporário das substituições e considera a medida mais um ataque às condições de trabalho, especialmente diante de metas já excessivas.

A decisão surpreende ain-

da mais por ter sido anunciada logo após a publicação da Instrução Normativa 368-1, que ampliou a possibilidade de designações interinas para funções gerenciais de terceiro nível, em ausências programadas de 10 dias úteis ou mais. A norma, em fase de implementação, pode alcançar até 21 mil funcionários, embora ainda não contemple todas as áreas.

A CEBB (Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil) repudia a medida e classifica como frágil e contraditório o argumento de corte de custos, já que as tarefas continuam sendo realizadas, porém sem remuneração adicional.



A SOBRECARGA, as metas desumanas e o assédio moral levam os funcionários ao es-

Pisando em gente para lucrar mais

Hoje tem Dia de Luta, contra gestão perversa do banco

CAMILLY OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

FUNCIONÁRIOS do Itaú em todo o país realizam, hoje, o Dia Nacional de Luta para denunciar o fechamento de agências, demissões, metas abusivas e o assédio moral. A mobilização denuncia o abismo entre os lucros bilionários do banco e o descaso com quem sustenta os resultados.

Entre 2018 e 2025, o Itaú fechou mais de 2 mil agências e reduziu significativamente o número de postos de trabalho,

enquanto anunciava planos de “modernização”, aponta o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Em contrapartida, apenas no primeiro semestre de 2025, lucrrou R\$ 22,6 bilhões. No evento *Itaú Day*, em setembro, a direção da empresa reafirmou a meta de transferir 75% dos clientes para o ambiente digital até 2028, estratégia que, na prática, significa a substituição de pessoas por sistemas automatizados.

A tensão aumentou após as mais de mil demissões realizadas em 8 de setembro. Diante da postura autoritária da direção, os bancários decidiram transformar a indignação em luta.



Sindicato e Federação alertam a sociedade para o desmonte do Itaú

Assédio e adoecimento

gotamento físico e mental. O ambiente de trabalho que deveria acolher vira local de medo constante e o bancário fica preso ao abuso diário. É uma rotina de arrasar.

Embora representem apenas 0,8% dos empregos formais no país, os trabalhadores do setor bancário estão entre os mais afetados por

afastamentos relacionados à saúde. Em 2022, os bancos comerciais registraram taxa de 289,7 afastamentos para cada mil vínculos.

Analisando os dados por ocupação, percebe-se que funções tipicamente bancárias estão entre as mais afetadas. Gerente de agência somaram 12,3 afastamentos acidentários a cada mil vínculos, gerente de contas PF e PJ, 11,4 a cada mil e caixas de banco, 11 a cada mil.

Negros lideram lares com fome

Quase 3 em cada 4 eram chefiados por pretos ou pardos

ITANA OLIVEIRA
imprensa@bancariosbahia.org.br

ANO passado, 73,8% dos 2,5 milhões de domicílios com insegurança alimentar grave eram liderados por pessoas pretas ou pardas, ou seja, quase três em cada quatro lares nesta condição. Esses grupos, no entanto, representam 45,1% dos 78,3 milhões de residências no país. Já os brancos, que chefiam 41,5% dos domicílios, estavam à frente de 24,4% dos lares atingidos pela fome.



Mulheres estão à frente de 57,6% das famílias em insegurança alimentar

Mulheres lideram 51,8% dos lares brasileiros, mas estão à frente das 57,6% das famílias que enfrentam fome grave. Somando todas as formas de in-

segurança alimentar, a participação feminina sobe para

59,9%. A insegurança leve indica preocupação com alimentos, e a moderada falta de comida entre adultos.

A maioria dos lares com insegurança alimentar grave ou moderada (71,9%) tem rendimento por pessoa até um salário mínimo. Jovens são os mais afetados, 3,3% das crianças até 4 anos e 3,8% entre 5 e 17 anos viviam em domicílios com fome, números maiores do que os das faixas etárias mais elevadas. A maior vulnerabilidade infantil está nas regiões Norte e Nordeste, com maior insegurança alimentar e fecundidade.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

OUTRA VERGONHA Para uma Câmara com ampla maioria reacionária, a serviço única e escandalosamente do grande capital, sem a mínima orientação republicana, que aprova a PEC da bandidagem e quer anistiar golpistas, não causa nenhuma surpresa a rejeição da MP com taxações para as *bets*, bancos, *fintechs* e bilionários. O Legislativo tem criado entraves à democracia social.

NA PLUTOCRACIA A conduta da maioria do Legislativo - os deputados têm sido bem piores do que os senadores - é muito mais próxima da plutocracia, o regime no qual apenas os ricos controlam o Estado e impõem as regras pela força, do que da democracia republicana, centrada na universalidade de direitos e deveres, na qual os interesses públicos sempre prevalecem sobre os privados.

MESMA TRAMOIA A escolha de María Corina Machado, líder da violenta oposição venezuelana, como Nobel da Paz, a fim de criar um clima global contra Maduro e justificar a invasão da Venezuela para saquear as reservas de petróleo, lembra o ardid dos EUA para invadir o Iraque, acusado de possuir armas de destruição em massa. No Brasil, o golpista Temer entregou o pré-sal a Shell após a farsa do *impeachment*.

MAIS RESISTENTE O poderio bélico dos EUA é muito superior, mas se invadirem a Venezuela para roubar o petróleo, podem cometer um erro, com prejuízos econômicos, desgastes político e militar. Há risco de encontrarem uma resistência maior do que no Iraque. A geopolítica é bem diferente hoje e a Venezuela tornou-se parceira estratégica da Rússia e da China no Sul global.

FALÊNCIA OCIDENTAL "O mais chocante não é uma fascistoide que milita por uma intervenção armada estrangeira em seu país ganhar o Nobel da Paz. Isso ocorre em meio a um genocídio acontecendo ao vivo, diante da passividade daqueles que julgam quem leva um prêmio desses". Do Jornalista Elias Jabbour, sobre a premiação de María Corina Machado. "Completa falência moral do Ocidente".



Programa do governo Lula garante CEP a mais de 12 mil favelas no país

CEP reforça cidadania nas favelas. Isto é democracia

O PROCESSO de fortalecimento da democracia social promovido pelo governo Lula e o compromisso com a população historicamente menos favorecida dá mais um passo rumo à dignidade. Mais de 12 mil favelas em todo o país passam a contar com o CEP (Código de Endereçamento Postal), assegurando reconhecimento, visibilidade e cidadania a milhões de brasileiros antes invisibilizados.

A iniciativa, lançada em novembro de 2024, previa garantir ao menos um Código para cada favela brasileira até o fim

de 2026. No entanto, a primeira meta do programa foi atingida de forma antecipada.

Ao todo, cerca de 16,3 milhões de pessoas, em 656 municípios brasileiros, serão diretamente contempladas pela medida, o que representa 8,1% da população nacional. A inclusão viabiliza o acesso a serviços públicos e privados fundamentais, como entregas, atendimentos de urgência e outros recursos essenciais ao cotidiano.

Com isso, o governo reafirma o compromisso com a inclusão e a construção do Brasil.